



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL



Ano CLXI Nº 21-B

Brasília - DF, segunda-feira, 30 de janeiro de 2023

SEÇÃO 1

Sumário

Presidência da República 1
Poder Judiciário 17

Esta edição é composta de 18 páginas

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos Interministerial nº 19, de 25 de janeiro de 2023 (em conjunto com a Controladoria-Geral da União). Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo federal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2022. Aprovo. Em 30 de janeiro de 2023.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
RGF 2022
3º QUADRIMESTRE DE 2022

Anexo 1 - Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Table with columns: DESPESA COM PESSOAL, DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses), INSCRITAS EM RPNP. Rows include: DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I), Pessoal Ativo, Pessoal Inativo e Pensionistas, Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II), DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III).

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL
VALOR % SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) 1253.427.307 -
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b) 236.677.002 -

Notas:
a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 161/GS/CON/SEC/CGUP/R, de 29 de agosto de 2008.
d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.
e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.
f) Constam na linha de despesas com contratos de terceirização os valores executados no âmbito do Ministério da Saúde, que somam R\$ 836,04 milhões, com a Rede Sarah de Saúde (Associação da Pioneiras Sociais), bem como os contratados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que somam R\$ 305,09 milhões, e R\$ 6,44 milhões contratados pelo Ministério da Educação, obtidos a partir da 86332.00.00 (Despesa com Pessoal - Contrato de Gestão).

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional
RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Table with columns: DESPESA COM PESSOAL, DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses), INSCRITAS EM RPNP. Rows include: DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I), Pessoal Ativo, Pessoal Inativo e Pensionistas, Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II), DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III).

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL
VALOR % SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) 1253.427.307 -
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b) 552.083 -

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional
RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno



UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Table with columns for months (JAN/22 to DEZ/22) and rows for personnel expenses categories like 'DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)', 'DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)', and summary rows for legal limit compliance.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Secretário do Tesouro Nacional
RONALD DA SILVA BALBE - Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Table with columns for months (JAN/22 to DEZ/22) and rows for personnel expenses categories for the Federal District, including 'DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)', 'DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)', and summary rows for legal limit compliance.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Secretário do Tesouro Nacional
RONALD DA SILVA BALBE - Secretário Federal de Controle Interno

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

RUI COSTA DOS SANTOS
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

NILSON KAZUMI NODIRI
Diretor-Geral da Imprensa Nacional - Substituto

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União



SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450



Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.613.351.186	7.713.582.022	7.906.258.207	8.185.160.134
Dívida Mobiliária	7.601.931.776	7.628.181.445	7.830.570.999	8.061.208.196
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	-71.680.730	0	0	36.534.999
Dívida Contratual	73.872.787	58.463.362	70.840.184	81.290.857
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	921.213	21.234.374	1.074.635	450.218
Demais	8.306.141	5.702.841	3.772.388	5.675.864
DEDUÇÕES (II) *	2.774.773.785	2.670.789.172	2.791.684.182	2.991.786.768
Ativo Disponível	1.734.295.496	1.673.212.124	1.683.560.089	1.827.434.126
Haveres Financeiros	1.123.066.450	1.107.662.654	1.202.379.026	1.261.365.040
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-82.588.161	-110.085.607	-94.254.933	-97.012.398
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	4.838.577.401	5.042.792.850	5.114.574.024	5.193.373.366
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.062.519.048	1.137.751.621	1.247.128.737	1.253.427.307
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	716,54%	677,97%	633,96%	653,02%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	455,39%	443,22%	410,11%	414,33%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <math>\leq\%>^2	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
PASSIVO ATUARIAL	2.256.171.268	2.158.319.833	2.158.319.833	2.326.266.176
RPPS Civil	1.309.624.241	1.309.656.501	1.309.656.501	1.404.782.064
Despesas Previdenciárias do FCDF	56.353.455	56.353.455	56.353.455	61.903.579
Militares Inativos	554.974.554	456.426.114	456.426.114	525.897.514
Pensões Militares	335.219.018	335.883.763	335.883.763	333.683.019

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2021.

² Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.613.351.186	7.713.582.022	7.906.258.207	8.185.160.134
Dívida Mobiliária	7.601.931.776	7.628.181.445	7.830.570.999	8.061.208.196
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	5.343.364.587	5.355.297.116	5.529.096.672	5.694.077.957
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-3.740.480	-3.933.848	-3.978.046	-4.149.499
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	2.029.394.035	2.074.072.301	2.091.606.706	2.155.463.636
Dívida Securitizada	4.313.158	3.201.226	5.160.163	3.638.671
Dívida Mobiliária Externa	228.600.477	199.544.650	208.685.504	212.177.432
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	-71.680.730	0	0	36.534.999
Dívida Contratual	73.872.787	58.463.362	70.840.184	81.290.857
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	921.213	21.234.374	1.074.635	450.218
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	2.723.656	2.743.487	2.620.574	2.396.886
Outras Dívidas	5.582.485	2.959.354	1.151.814	3.278.978
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	5.582.485	2.959.354	1.151.814	3.278.978
Demais Dívidas	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	2.774.773.785	2.670.789.172	2.791.684.182	2.991.786.768
Ativo Disponível	1.734.295.496	1.673.212.124	1.683.560.089	1.827.434.126
Depósitos do TN no BCB	1.731.527.223	1.669.631.339	1.679.732.417	1.824.334.814
Depósitos à Vista	2.768.273	3.580.785	3.827.672	3.099.312
Arrecadação a Recolher	0	0	0	0
Haveres Financeiros	1.123.066.450	1.107.662.654	1.202.379.026	1.261.365.040
Aplicações Financeiras	620.518.228	569.676.402	576.214.621	589.623.563
Disponibilidades do FAT	390.496.642	387.750.559	414.168.155	421.459.837
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	230.021.585	181.925.843	162.046.465	168.163.725
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	313.819.986	353.618.507	462.029.187	569.522.046
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	569.042.700	579.354.016	541.086.051	561.411.563
Créditos da Lei nº 8.727/93	7.366.462	7.029.949	6.853.776	5.990.939
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	35.140.692	36.701.241	4.490.176	5.059.155
Demais Dívidas Renegociadas	69.344.320	71.535.086	111.522.421	123.616.817
Ajustes para Perdas	-367.074.189	-341.001.785	-201.923.237	-126.556.428
Demais Ativos Financeiros	188.728.236	184.367.746	164.135.218	102.219.431
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	0
Outros Créditos Bancários	193.459.722	188.758.972	168.684.098	107.556.315
Ajustes para Perdas	-4.731.486	-4.391.226	-4.548.879	-5.336.883
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-82.588.161	-110.085.607	-94.254.933	-97.012.398
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	4.838.577.401	5.042.792.850	5.114.574.024	5.193.373.366
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.062.519.048	1.137.751.621	1.247.128.737	1.253.427.307
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	716,54%	677,97%	633,96%	653,02%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	455,39%	443,22%	410,11%	414,33%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <math>\leq\%>^2	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
PASSIVO ATUARIAL	2.256.171.268	2.158.319.833	2.158.319.833	2.326.266.176
RPPS Civil	1.309.624.241	1.309.656.501	1.309.656.501	1.404.782.064
Despesas Previdenciárias do FCDF	56.353.455	56.353.455	56.353.455	61.903.579
Militares Inativos	554.974.554	456.426.114	456.426.114	525.897.514
Pensões Militares	335.219.018	335.883.763	335.883.763	333.683.019

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno



Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	234.129.559	211.980.421	218.301.227	213.843.828
Em Operações de Crédito Externas	137.389.719	119.391.754	124.357.126	123.783.661
Em Operações de Crédito Internas	96.739.840	92.588.666	93.944.102	90.060.167
AOS MUNICÍPIOS (II)	30.544.394	27.932.683	29.216.669	30.879.271
Em Operações de Crédito Externas	22.351.793	19.767.617	20.927.142	21.702.328
Em Operações de Crédito Internas	8.192.602	8.165.066	8.289.528	9.176.943
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	38.736.754	33.469.134	33.053.192	32.129.028
Em Operações de Crédito Externas	30.743.067	26.330.534	26.566.246	25.992.686
Em Operações de Crédito Internas	7.993.687	7.138.600	6.486.945	6.136.341
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)¹	34.179.495	29.627.759	29.542.333	29.019.312
FGTS - BNDES ⁽²⁾	1.834.203	1.715.379	1.604.379	1.491.333
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	24.988.192	20.559.520	20.648.106	20.007.463
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	22.230	20.981	20.972	21.637
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira	902.203	955.026	982.703	988.791
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.726.912	2.641.388	2.491.098	2.651.780
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 ²	3.705.754	3.735.466	3.795.075	3.858.308
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	337.590.202	303.009.997	310.113.422	305.871.439
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.062.519.048	1.137.751.621	1.247.128.737	1.253.427.307
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	31,77%	26,63%	24,87%	24,40%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	637.511.429	682.650.973	748.277.242	752.056.384
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	573.760.286	614.385.875	673.449.518	676.850.746

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	234.129.559	211.980.421	218.301.227	213.843.828
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.389.719	119.391.754	124.357.126	123.783.661
Em Garantia às operações de Crédito Internas	96.739.840	92.588.666	93.944.102	90.060.167
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	30.544.394	27.932.683	29.216.669	30.879.271
Em Garantia às operações de Crédito Externas	22.351.793	19.767.617	20.927.142	21.702.328
Em Garantia às operações de Crédito Internas	8.192.602	8.165.066	8.289.528	9.176.943
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	15.161.073	13.211.417	12.278.895	12.174.592
Em Garantia às operações de Crédito Externas ³	11.199.116	9.654.675	9.171.164	9.215.912
Em Garantia às operações de Crédito Internas ³	3.961.958	3.556.742	3.107.730	2.958.680
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	279.835.027	253.124.520	259.796.791	256.897.691

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

¹A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.²Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.³Este demonstrativo retifica o anterior, tendo em vista que os valores constantes das linhas de Contragarantias dos Estados e Municípios vieram trocados (Externas no lugar das Internas e vice-versa). A troca não afetou o valor total do demonstrativo.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

R\$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	629.827.179	1.560.118.685
Mobiliária	626.619.482	1.550.465.686
Interna	626.619.482	1.550.465.686
Refinanciamento	626.230.965	1.479.193.629
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Internas - Orçamentárias	156.012	70.279.913
Outras Internas - Extraorçamentárias	232.506	992.144
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	232.506	989.748
Aporte em Empresas	0	0
Trocas e Demais Operações Internas	0	2.397
Externa	0	0
Refinanciamento	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	0	0
Outras Operações Mobiliárias Externas	0	0
Contratual	3.207.697	9.652.999
Interna	0	0
Abertura de Crédito	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Internas	0	0
Externa	3.207.697	9.652.999
Abertura de Crédito - Orçamentárias	3.207.697	9.652.999
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Externas	0	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.253.427.307	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.639.432.156	130,80%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ¹	1.638.442.408	130,72%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹	989.748	0,08%
Concessão de Garantias ²	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) - (III)	0	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS³	752.056.384	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de menos R\$ 31.718,76 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno



Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 159

R\$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL ¹	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	Despesas Empenhadas e Não Liquidadas do Exercício	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (DEPOIS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) ²
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = a - (b + c + d + e)	(g)	(h) = (f - g)	(h)
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	246.716.416.061	6.171.762.309	41.904.706.891	15.723.360.492	12.944.857.800	169.971.728.568	55.969.445.697	114.002.282.870	0
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.693.833.594.949	3.384.085.043	30.063.634.053	27.695.432.507	22.997.342.975	1.609.693.100.370	65.501.064.462	1.544.192.035.909	70
1. Recursos vinculados à Educação	22.371.740.321	135.189.462	175.873.798	1.151.713.341	319.935	20.908.643.785	2.493.307.680	18.415.336.105	0
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	51.658.753.011	581.850.827	7.601.780.558	4.761.104.434	1.421.141.340	37.292.875.853	9.557.806.536	27.735.069.316	0
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	1.215.156.909	468.667	1.441.261.432	2.598.448	153.635.391	-382.807.029	4.997.608	-387.804.637	0
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	16.563.724.035	0	13.056.294.219	0	265.921	3.507.163.894	1.695.857.569	1.811.306.325	0
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	10.931.629.903	862.173	0	44.503.533	-322.366	10.886.586.563	22.447.366	10.864.139.197	0
6. Recursos da Dívida Pública	1.208.082.258.206	1.866.102.640	13.001.887	14.331.041.020	69.615.340	1.191.802.497.319	8.119.894.205	1.183.682.603.114	0
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	2.014.566.277	12.106	128.828	6.650.883	8.713.005	1.999.061.455	30.512.378	1.968.549.077	0
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	32.100.665.671	0	0	699.742.316	0	31.400.923.355	25.090.318.721	6.310.604.635	0
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	310.918.996.579	792.838.413	7.644.600.763	6.688.887.737	3.943.137.302	291.849.532.363	18.477.903.880	273.371.628.483	70
10. Outros Recursos Vinculados	37.902.245.966	6.760.755	130.692.568	9.190.795	17.400.826.943	20.354.774.907	8.018.519	20.346.756.387	0
11. Recursos a Classificar	73.858.070	0	0	0	10.163	73.847.907	0	73.847.907	0
TOTAL (III) = (I + II)	1.940.550.011.009	9.555.847.352	71.968.340.945	43.418.793.000	35.942.200.775	1.779.664.828.938	121.470.510.159	1.658.194.318.779	70

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota:

¹ A coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta em 31/12/2021" foi recalculada de acordo com a classificação atual das fontes de recursos. Dessa forma, o detalhamento dos valores apresentados nessa coluna pode ser diferente daquele publicado no relatório de dezembro de 2021, na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta Atual".

² Os recursos vinculados com insuficiência de caixa são compensados pelos recursos ordinários.

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

R\$ milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	1.253.427.307	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	236.677.002	18,882%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	475.048.949	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	451.296.502	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	427.544.054	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	552.083	0,044%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	2.118.292	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	2.012.378	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	1.906.463	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	419.131	0,033%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.240.893	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1.178.848	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	1.116.804	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.386.881	0,988%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	27.575.401	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	26.196.631	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	24.817.861	1,980%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	5.193.373.366	414,33%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	305.871.439	24,40%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	752.056.384	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)	0	0,00%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas	752.056.384	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
DISPONIBILIDADE E RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)
Valor Apurado	121.470.510.159	1.779.664.828.938

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno



Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
3º QUADRIMESTRE DE 2022

PORTARIA Nº 924, DE 8 DE JULHO DE 2021, DA STN, QUE APROVOU A 12ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA “A”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal;
- Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados;
- Excluem-se do demonstrativo os valores de Auxílio-Reclusão e Salário-Família, identificados por Natureza de Despesa Detalhada.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	Soma dos itens abaixo.	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	EXCETO 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 – Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
	EXCETUANDO-SE	
	Linha	Obrigações Patronais 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar
	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
Obrigações Patronais	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	07 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 – Obrigações Patronais
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909213 – Obrigações Patronais 31919213 – Obrigações Patronais 31909207 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência
Pessoal Inativo e Pensionistas	Soma dos itens abaixo.	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31901702 – Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada 31909109 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Civil 31909112 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Militar 31909115 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Civil 31909118 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Militar 31909123 – Precatórios – Inativo Civil 31909124 – Precatórios – Inativo Militar 31909128 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Civil 31909129 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Militar 31909201 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil 31909414 – Compensações Pecuniárias – Lei nº 7.964/1989
Pensões	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	03 – Pensões do RPPS e do Militar
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909110 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Civil 31909113 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Militar 31909116 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Civil 31909119 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Militar 31909136 – Precatórios – Pensionista Civil 31909137 – Precatórios – Pensionista Militar 31909130 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Civil 31909131 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Militar 31909203 – Pensões do RPPS e do Militar 31909220 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Cívicos 31909221 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Militares 31909406 – Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais 3 – Outras Despesas Correntes
	Elemento de Despesa	34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
	OU	
	Conta Contábil	86332.00.00 – Despesas com Pessoal – Contrato de Gestão
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	Conta Contábil	86331.01.00 – Despesas com Pessoal a Executar – RGF (variação em relação ao mês de abertura 000/2022)
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Soma dos itens abaixo.	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
	EXCETUANDO-SE	
	Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT";	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor



	"REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	
Decorrentes de Decisão Judicial	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 91 – Sentenças Judiciais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Despesas de Exercícios Anteriores	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 – Pensões do RPPS e do Militar 1 – Pessoal e Encargos Sociais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)		

Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue-se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO		
União	UO – Poder UO – Órgão Máximo	0 – Poder Executivo 34000 – Ministério Público da União 59000 – Conselho Nacional do Ministério Público
	EXCLUINDO-SE Valores referentes ao GDF e dos ex-Territórios (Amapá e Roraima)	
Governo do Distrito Federal	Unidade Orçamentária	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal
Amapá	Plano Orçamentário (Código UO) Plano Orçamentário (Código UO) Plano Orçamentário (Código PO) Função de Governo Subfunção de Governo Programa de Governo	73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG 73101 – Recursos sob Supervisão do MF 0004 – Território do Amapá 09 – Previdência Social 272 – Previdência do Regime Estatutário 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Roraima	Plano Orçamentário (Código UO) Plano Orçamentário (Código UO) Plano Orçamentário (Código PO) Função de Governo Subfunção de Governo Programa de Governo	73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG 73101 – Recursos sob Supervisão do MF 0003 – Território de Roraima 09 – Previdência Social 272 – Previdência do Regime Estatutário 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Mobiliária	Soma dos itens abaixo.	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	89991.39.01 89991.39.02 89991.39.03 89991.39.04 89991.39.05 89991.39.06	Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	Critérios	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1500001 (NTN-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1700001 (NTN-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1800001 (NTN-P (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2000001 (CFT-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2300007 (NTN-F (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2400001 (NTN-M (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2600001 (NTN-I (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2800001 (CFT-E (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5000001 (LFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5500001 (LFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6100001 (NTN-A1 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1400001 (NTN-C (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1200001 (CFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9000001 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) – Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6600001 (NTN-A6 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6300001 (NTN-A3 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6200001 (NTN-A2 (VL + CM + ENC) – Mercado)
(-) Aplicações em Títulos Públicos	11111.50.XX -11111.50.05 -11111.50.11 -11111.50.12	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata Poupança Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU
	Critérios	

	Tipo de Administração Órgão	"3", "4", "5", "6" e "8" (Administração Indireta) EXCETO 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	89991.39.01 89991.39.02 89991.39.07 89991.39.08	Dívida Mobiliária Interna Mercado - Curto Prazo Dívida Mobiliária Interna Mercado - Longo Prazo Dívida Mobiliária Interna BACEN - Curto Prazo Dívida Mobiliária Interna BACEN - Longo Prazo
	Critérios	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN-D (VL + CM + ENC) - BACEN); DP1800010 (NTN-P (VL + CM + ENC) - BACEN); DP2300010 (NTN-F (VL + CM + ENC) - BACEN); DP5500010 (LFT-B (VL + CM + ENC) - BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) - BACEN); DP9000010 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) - BACEN); DP1700010 (NTN-B (VL + CM + ENC) - BACEN)
Dívida Securitizada	89991.39.01 89991.39.02 89991.39.03 89991.39.04 89991.39.05 89991.39.06 21211.02.02 22211.01.02	Dívida Mobiliária Interna Mercado - Curto Prazo Dívida Mobiliária Interna Mercado - Longo Prazo Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo Dívida Mobiliária Agrária - TDA/Curto Prazo Títulos da Dívida Agrária (TDA) Títulos da Dívida Agrária (TDA)
	Critérios	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA - Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXTE960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTH980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTE990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTJ981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)
Dívida Mobiliária Externa	89991.39.03 89991.39.04	Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo Dívida Mobiliária Externa - Curto Prazo
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/BCB (Lei nº 11.803/08)	21891.29.01 21891.29.02 21894.29.02 21895.29.02 -11381.30.01 -11381.30.02	Resultado Negativo do BACEN - Balanço Apurado Custos das Operações Cambiais e Reservas Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas Resultado Negativo do BACEN - Balanço Apurado Resultado Negativo do BACEN - Custo das Reservas
Dívida Contratual		
Dívida Contratual de PPP		Sem informação.
Demais Dívidas Contratuais	21221.03.00 21211.03.01 21211.03.03 21211.07.00 21214.03.01 21214.03.03 21215.03.01 21215.03.03 21251.01.03 21221.06.01 21231.02.01 21231.02.02 21241.02.01 21254.01.03	Empréstimos Externos - Em Contrato Crédito Securitizado Contratos de Empréstimos Internos Empréstimos Recebidos Antecipadamente Crédito Securitizado - Inter OFSS - Estados Contratos de Empréstimos Internos - Inter Estados Crédito Securitizado - Inter OFSS - Municípios Contratos de Empréstimos Internos - Inter Municípios Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos Débitos de Operações Especiais Financiamento dos Ativos Permanentes Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais Financiamento dos Ativos Permanentes Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos - Inter Estados
	21255.01.03 22221.02.00 22211.02.00 21731.03.01 21731.06.02 21771.01.01 21735.04.02 22231.01.01 22231.01.02 21231.01.02 22241.01.01 22731.03.01 22771.01.01	Juros Pró-Rata sobre Empréstimos Internos - Inter Municípios Empréstimos Externos - Em Contratos Empréstimos Internos - Em Contratos Instituições Financeiras Instituições Não Financeiras Instituições Financeiras Instituições Não Financeiras Financiamentos do Ativo Permanente Financiamentos para Construção de Imóveis Financiamentos Internos Financiamentos do Ativo Permanente Instituições Financeiras Instituições Financeiras
	Critérios	ISF Lançamento P (Patrimonial) Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	63110.00.00 63130.00.00 63151.00.00 63152.00.00 63120.00.00 63210.00.00 52211.01.01 52211.02.01 52211.02.09 52212.01.01 52212.01.03 52212.02.01 52212.02.02 52212.02.03 52212.03.01 52212.03.02 52212.03.03 52219.01.00 52219.02.00 52219.03.00 52219.04.00 52219.01.01 52219.01.09 52219.02.01 52219.02.09 52219.03.01 52219.03.09 -62213.03.00	RP Não Processados a Liquidar RPNP Liquidados a Pagar RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado RPNP a Liquidar em Liquidação RP Processados a Pagar Originário do OGU Antecipação - LDO Anulação da Antecipação - LDO Originário do OGU Originário do OGU - Suplementação Automática Créditos Especiais Abertos Créditos Especiais Reabertos Créditos Especiais Reabertos - Suplementação Créditos Extraordinários Abertos Créditos Extraordinários Reabertos Créditos Extraordinários Reabertos - Suplementação Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas Alteração da Lei Orçamentária Dotação Transferida Cancelamento de Dotações Acréscimo Redução Acréscimo Redução Acréscimo Redução Crédito Empenhado Liquidado e Pago
	Critérios	Ação de Governo 0005 - "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	21891.26.00 22891.16.00 22731.04.01	Entidades Credoras - Federais Obrigações Junto a Entidades Federais Instituições Financeiras
	Critérios	ISF Lançamento P (Patrimonial) Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)" Conta Corrente Exceto "PF1705118"
Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos	21311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais

	21314.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estados
	21315.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Municípios
	21121.01.00	Benefícios Previdenciários
	21141.98.00	Outros Encargos Sociais
	21144.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Estados
	21145.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Municípios
	21111.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios
	22311.01.00	Fornecedores Nacionais
	21411.99.00	Outros Tributos e Contribuições
	Critérios	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
DEDUÇÕES		
Ativo Disponível		
Depósitos do TN no BCB	11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
Depósitos à Vista	11111.19.00	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais no Exterior
	11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais no Exterior
	11121.50.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	11121.52.00	Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo
	Critérios	
	Órgão	EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
	Unidade Gestora	EXCETO 380916 – "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".
Arrecadação a Recolher	Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN-SRF 80/89, Outros e Pendência a Identificar.	
Haveres Financeiros		
Aplicações Financeiras		
Disponibilidades do FAT	11121.XX.XX	Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11111.50.09	Fundo de Aplicação Extramercado – FAT/FUNCAF/FNDE
	11111.50.11	Aplic Finan Liquidez Imediata Recursos CTU
	11241.01.XX	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.03.XX	Operações Especiais
	11351.07.XX	Depósitos Especiais
	11351.11.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
	11351.12.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
	11351.13.XX	Depósitos Especiais no FAT no BNDES
	11351.14.XX	Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
	11351.15.XX	Depósitos Especiais no FAT na FINEP
	11351.16.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
	11354.07.XX	Depósitos Especiais – Estados
	11355.07.XX	Depósitos Especiais – Municípios
	12111.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12121.05.XX	Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão do TCU
	12114.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Estados
	12115.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Municípios
	11111.50.14	Depósitos FAT BB
	11111.50.15	Depósitos FAT BNB
	11111.50.16	Depósitos FAT BNDES
	Critérios	
	Unidade Gestora	380916 – "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	23XXX.XX.XX	Patrimônio Líquido
	11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio

	-11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	-11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	-11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
	-11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais Exterior
	-11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais Exterior
	-11121.50.00	Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	-11121.52.00	Aplicação em Depósitos Realizáveis – Curtíssimo Prazo
	-11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916)
	-122XX.XX.XX	Investimentos
	-123XX.XX.XX	Imobilizado
	-124XX.XX.XX	Intangível
	-125XX.XX.XX	Diferido
	11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio
	Critérios	
	Tipo de Administração	07 – "Fundos"
	Órgão	EXCETO 37904 – "Fundo do Regime Geral da Previdência Social" e 25915 – "Fundo Constitucional do Distrito Federal"
	Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.	
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no SIAFI.	
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação		
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados
	11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios
	12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Estados
	12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados
	12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios
	12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios
	12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	12124.98.18	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	11384.42.00	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11385.42.00	Créditos Sub-Rogados – Município
	Critérios	
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos "9.496/97" e "2.185/2001".	
Créditos da Lei nº 8.727/93	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.04.00	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados
	11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios

	11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF 1705109 (Lei 8.727/93 (G3)); TN0000016 (Lei 8.727/93 - CRC); TN0000017 (Lei 8.727/93 - Banco do Brasil - Demais Credores); PF 1705109 (Lei 8.727/93); PF 1705536 (Lei 8.727/93 (G2)); e TODAS com o termo "8.727/93" na descrição.
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros). Identificados pela Entidade no Conta Corrente que contenham os seguintes termos: PF1705104; PF1705117; PF1705521; PF1705534; PF1705116; PF1705531; PF1705532; PF1705113; PF1701536; PF1705520; PF1705533; PF1705464; PF1705534; PF1705119; BIB; PF1705114; MF 030; FRANÇA; EXTER; FRANCA; DMLP; PF1705384.
Demais Dívidas Renegociadas	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos
	12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Ajustes para Perdas	12111.99.02 Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa 12114.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 12115.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 11294.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos 11295.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos 12111.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 11291.04.01 Ajuste de Perdas 11394.01.01 *Ajuste de Perdas – Subgrupo 113 12124.99.03 Ajuste para Perdas de Outros Créditos Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Demais Ativos Financeiros	
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.
Outros Créditos Bancários	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.02.01 Financiamento Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.02.03 Juros a Receber – Financiamentos Concedidos 11241.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber 11241.03.02 Juros a Receber – Operações Especiais 11241.03.04 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber – Exceto FAT 11241.04.03 Encargos sobre Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11244.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Estados 11245.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Municípios 11241.03.03 Operações Especiais Securitizadas 11244.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Estados 11245.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT 12111.03.12 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber 12111.03.14 Créditos de Operações Especiais a Receber 12111.03.16 Juros a Receber – Operações Especiais 12111.03.20 Operações Especiais Securitizadas 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Municípios Critérios Unidade Gestora 170705 – "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)" Unidade Gestora 170526 – "COFIS – Projeto Bird" Unidade Gestora 170700 – "Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"
Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)	11291.04.01 Ajuste de Perdas 11291.04.03 Ajuste de Perdas em Operações Especiais

	12111.99.04	*Ajuste de Perdas – Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12111.99.07	*Ajuste de Perdas – em Operações Especiais
Crítérios		
Unidade Gestora	170705	– "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"
Unidade Gestora	170526	– "COFIS – Projeto Bird"
Unidade Gestora	170700	– "Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"
(-) Restos a Pagar Processados	62292.01.03	Empenhos Liquidados a Pagar
	63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
	63210.00.00	RP Processados a Pagar
	62292.01.07	Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP
Crítérios		
Ação de Governo	EXCETO 0005	– "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
	62292.01.02	Empenhos em Liquidação
	62292.01.06	Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP
	63120.00.00	RP Não Processados a Liquidar em Liquidação
Crítérios		
Unidade Gestora	EXCETO 170600	– Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º, com metodologia elaborada pela Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública, conforme a Nota Técnica SEI nº 2105/2023/ME, de 19 de janeiro de 2023, relativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias da União – Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2022.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2022, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447, de 2022.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1 – Anexo II

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	234.129.559,21	211.980.420,78	218.301.227,12	213.843.827,83
Em Operações de Crédito Externas	137.389.718,73	119.391.754,33	124.357.125,60	123.783.660,54
Em Operações de Crédito Internas	96.739.840,48	92.588.666,44	93.944.101,52	90.060.167,29
AOS MUNICÍPIOS (II)	30.544.394,41	27.932.682,99	29.216.669,47	30.879.270,82
Em Operações de Crédito Externas	22.351.792,66	19.767.617,23	20.927.141,88	21.702.328,18
Em Operações de Crédito Internas	8.192.601,75	8.165.065,75	8.289.527,59	9.176.942,63
AS ESTATAIS FEDERAIS (III)	29.544.452,84	25.467.608,32	25.582.683,58	24.506.656,91
Em Operações de Crédito Externas	21.550.765,86	18.329.008,37	19.095.738,35	18.370.315,57
Em Operações de Crédito Internas	7.993.686,97	7.138.599,95	6.486.945,23	6.136.341,34
AS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Operações de Crédito Externas	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	303.410.707,47	273.382.237,52	280.571.088,24	276.852.126,47
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	234.129.559,21	211.980.420,78	218.301.227,12	213.843.827,83
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.389.718,73	119.391.754,33	124.357.125,60	123.783.660,54
Em Garantia às operações de Crédito Internas	96.739.840,48	92.588.666,44	93.944.101,52	90.060.167,29
DOS MUNICÍPIOS (VII)	30.544.394,41	27.932.682,99	29.216.669,47	30.879.270,82
Em Garantia às operações de Crédito Externas	22.351.792,66	19.767.617,23	20.927.141,88	21.702.328,18
Em Garantia às operações de Crédito Internas	8.192.601,75	8.165.065,75	8.289.527,59	9.176.942,63
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	5.968.772,19	5.209.891,25	4.808.386,70	4.552.221,18
Em Garantia às operações de Crédito Externas	2.006.814,58	1.653.149,47	1.700.656,39	1.593.540,73
Em Garantia às operações de Crédito Internas	3.961.957,61	3.556.741,78	3.107.730,31	2.958.680,45
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.192.301,01	8.001.525,44	7.470.508,06	7.622.370,91
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	279.835.026,82	253.124.520,45	259.796.791,36	256.897.690,74

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e

- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e

- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/12/2022 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 3º quadrimestre de 2022, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 276,85 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 171,48 bilhões, equivalente a 61,94% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 105,37 bilhões, R\$ 38,06% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou uma redução no valor de R\$ 3,72 bilhões (1,33%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se uma queda de R\$ 3,35 bilhões (3,08%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu uma queda de R\$ 371,84 milhões (0,22%) durante o 3º quadrimestre de 2022.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstos nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela "Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias", atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.



GARANTIAS CONCEDIDAS		
AOS ESTADOS (I)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
AOS MUNICÍPIOS (II)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001
	OU	
	Conta Contábil	81211.01.10 – Seguros Garantia a Executar
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		
DOS ESTADOS (VII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)		

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.	
Mobiliária	Soma das Operações Internas e Externas.	
Interna	Soma dos itens abaixo.	
Refinanciamento	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111002 OU 8111002
	Natureza de Receita	21110200;21110201; 81110200; 81110201
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	89611.03.09	Emissão Interna por Assunção de Dívidas – CP
	89611.03.10	Emissão Interna por Assunção de Dívidas – LP
Outras Internas – Orçamentárias	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111001 OU 2111003
	Natureza de Receita	21110300;21110301;21110100;21110101
Outras Internas – Extraorçamentárias	Soma dos itens abaixo.	
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	89611.03.03	Emissão Interna por Aporte ao BACEN – CP
	89611.03.04	Emissão Interna por Aporte ao BACEN – LP
Aporte em Empresas	89611.03.11	Emissão Interna por Aporte em Empresas – CP
	89611.03.12	Emissão Interna por Aporte em Empresas – LP
Trocas e Demais Operações Internas	89611.03.01	Emissão de Títulos de Curto Prazo – Mercado
	89611.03.02	Emissão de Títulos de Longo Prazo – Mercado
	89611.03.05	Emissão de Títulos de Curto Prazo – TDA
	89611.03.06	Emissão de Títulos de Longo Prazo – TDA
Externa	Soma dos itens abaixo.	
Refinanciamento	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2121002
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.	
Outras Operações Mobiliárias Externas	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais



	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	89611.03.07	Emissão de Títulos de Curto Prazo – Externo
	89611.03.08	Emissão de Títulos de Longo Prazo – Externo
	Critérios (EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos)	
Contratual	Natureza de Receita	Começa com: 2121001
Interna	Soma das Operações Internas e Externas.	
Abertura de Crédito	Soma dos itens abaixo.	
	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2112001	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.	
Outras Operações Contratuais Internas	212110398	Outros Contratos – Empréstimos Internos
Externa	Soma dos itens abaixo.	
Abertura de Crédito – Orçamentárias	Soma dos itens abaixo.	
	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2122001 Natureza de Receita 21220100;21220101;21220102	
Abertura de Crédito – Extraorçamentárias	Sem informação.	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.	
Outras Operações Contratuais Externas	Soma dos itens abaixo.	
	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios Natureza de Receita Começa com: 2119001 OU 2129001	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.	
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	Soma dos itens abaixo.	
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	Soma dos itens abaixo.	
	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios Grupo de Despesa 6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)	
Concessão de Garantias	Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) – (III)		

5) DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR – ANEXO 5 – LRF, ART. 55

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo; – Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI); – Poder UG Executora: Executivo, exceto os Órgãos Ministério Público da União (34000) e Conselho Nacional do Ministério Público da União (59000); Composição das colunas do relatório:

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			(a) + 1.1.1.0.0.0.00 (“Caixa e Equivalentes de Caixa”) com ISF (Indicador de Superávit Financeiro) igual a “F”. + Valor positivo da equação “8.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação “8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber) – 8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a receber relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores	(b) + 6.3.2.1.0.00.00 (Restos a Pagar Processados a Pagar); + 6.3.1.3.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar).
		Do Exercício	(c) + 6.3.2.7.0.00.00 (Restos a Pagar Processados Inscritos no Exercício).
	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		(d) + 6.3.1.1.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Pagar); + 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); + 6.3.1.5.1.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar Bloqueados por Decreto); + 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados).
	Demais Obrigações Financeiras		(e) + 2.0.0.0.0.00.00 com filtro “ISF Lançamento” igual a “F”; - 2.1.8.9.2.39.01 (Cota Recebida Diferida); - 2.1.8.9.2.39.02 (Repasse Recebido Diferido); - 2.1.8.9.2.39.03 (Sub-Repasse Recebido Diferido); - Colunas “b” e “c”; - 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); - 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados); - 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação); + Valor positivo da equação “8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição)”. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação “8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar) – 8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a liberar relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)		
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO			+ 5.3.1.7.1.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício a Liquidar); + 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação).
EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			+ 6.3.1.9.1.00.00 (Cancelamento por Insuficiência de Recursos).

Linhas Agregadas	Fonte de Recursos	Fonte Detalhe	Mudança no TG em 2022
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	= 017001; 032281; 392070; 980001; 980002
	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	= 980000
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	= 711010; 980000
	88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	
	98	DESVINCULACAO DE RECURSOS	
	99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	
1. Recursos vinculados à Educação	12	REC.DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	EXCETO 150071
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLITICAS PÚBLICAS	= 261010
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	= 261010
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	= 261010
	93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	
	17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS P/O MONTEPIO CIVIL	
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	= 033907; 033908; 033909; 033911; 110244
	23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLITICAS PÚBLICAS	= 369010; 253030
	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	= 191372; 209262
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	= 369010
	51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	
	53	REC.DEST.ÀS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	
	55	CONTRIB. S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	
	70	REC. PROPRIOS PRIMARIOS C/ APLICACAO ESPECIFICA	= 120350; 120550; 262830; 270013; 270014; 270027; 270037; 701202; 701223; 702303
86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	= 369010; 369011; 057202	
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME		
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	56	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR P/ PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR PUBLICO	
	69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.PUBLICO	
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLITICAS PÚBLICAS	= 559020
	50	RECURSOS PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	= 017250
	54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	
	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	= 339040; 409040
	80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	= 339040
86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	= 559020	
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	07	OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	
	60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	
	61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO	
	67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P" - MOEDA CORRENTE	
	89	REC. OPER. OF. CRED - RETORNO REF. DIV. CLUB. PARIS	
6. Recursos da Dívida Pública	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	= 751010
	43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	
	44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	
	46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	
	47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVIÇOS	
	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	
	49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	
	52	RESULTADO DO BACEN	
	59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	
	71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	
	73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA		
97	DIVIDENDOS DA UNIAO		
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	14	REC. APLIC. DESP. DE CAPITAL PROGR. DE HABITAÇÃO SOCIAL	Nova classificação



	62	RECURSOS DA UNIAO DECORRENTES DA ALIEN.DE BENS E DIREITOS DO PATRIM.PUBLICO			
	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	EXCETO	339040; 409040	
	65	ALIENÇÃO DE OBRIGAÇÕES DO FND			
	87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS			
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	01	TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS			
	02	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL			
	11	CONTRIB.DE INTERVENÇÃO ECONOMICA -CIDE COMBUSTIVEIS	=	017337	
	13	CONTRIBUCAO DO SALARIO-EDUCACAO	=	150071	
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	033905; 033910	
	19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	=	442081; 442082; 731040	
	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	=	001198; 032000; 032001	
	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	=	32000	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	032284; 032290; 999995; 999996; 999997; 999999	
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	471010	
	08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE			
	11	CONTRIB.DE INTERVENÇÃO ECONOMICA -CIDE COMBUSTIVEIS	EXCETO	017337	
	15	CONTRIBUCAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA			
	16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA			
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	EXCETO	033905; 033907; 033908; 033909; 033910; 033911; 751010; 110244	
	20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS			
	27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	EXCETO	017001; 032281; 392070; 442081; 442082; 731040; 980001	
	30	CONTRIBUCAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL			
	31	SELOS DE CONTROLE.LOJAS FRANCAS-FUNDAF			
	32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF			
	33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO			

	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	EXCETO	001198; 032000; 032001	
	35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE			
	37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL. DOS COMB. AUTOM.			
	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	EXCETO	191372; 209262	
	40	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP			
	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	EXCETO	32000	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	EXCETO	032284; 032290; 261010; 369010; 999995; 999996; 999997; 999999	
	50	RECURSOS PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	EXCETO	017250	
	57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS			
	58	FONTE EXCLUÍDA EM 2018 E SUBSTITUÍDA PELA 32			
	66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA			
	70	REC. PROPRIOS PRIMARIOS C/ APLICACAO ESPECIFICA	EXCETO	120350; 120550; 262830; 270013; 270014; 270027; 270037; 701202; 701223; 702303	
	72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS			
	74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD			
	75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS			
	76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS			
	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	EXCETO	980000	
	79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA			
	80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	EXCETO	339040	
	81	RECURSOS DE CONVENIOS			
	82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES			
	83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS			
	84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS			
	85	DESV. PARCIAL DE REC. DA COTA - PARTE COMP. FINAN.			
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	EXCETO	471010; 711010; 980000; 261010; 369010; 369011; 057202; 559020	
	92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO			
	95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS			

	96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC			
10. Outros Recursos Vinculados	09	RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			
	21	APLICACOES DEFINIDAS NA ADPF Nº568			
	22	RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO COVID-19			
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLITICAS PÚBLICAS	EXCETO	369010; 261010; 559020; 253030	
	90	RECURSOS DIVERSOS			
		Demais códigos contidos no Tesouro Gerencial que não se encaixam nas demais fontes.			
11. Recursos a Classificar	77	RECURSOS A CLASSIFICAR			

6) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 4.



DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 39, de 30 de janeiro de 2023. Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2022.

Nº 40, de 30 de janeiro de 2023. Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2022.

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

ATO GP Nº 25, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro/2022 a dezembro/2022, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA MARIA LIMA MACHADO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3.º QUADRIMESTRE DE 2022
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCR.EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)			
	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022				
ESPESSA BRUTA COM PESSOAL (I)	108.658.827,66	84.412.046,34	81.836.371,06	81.266.191,18	83.108.464,49	81.148.307,02	81.252.465,95	82.591.127,85	82.047.479,10	99.429.319,81	126.399.533,89	117.404.198,63	1.109.554.332,98	0,00	1.109.554.332,98	
Pessoal Ativo	71.458.976,83	58.876.325,04	56.671.898,45	55.907.289,78	57.710.404,62	55.787.022,64	55.587.424,63	57.094.747,82	56.330.386,39	62.329.890,54	87.912.404,00	77.818.622,45	753.485.393,19	0,00	753.485.393,19	
Venc., Vant. e Outr Desp. Variáveis	61.418.251,23	49.073.783,61	46.742.109,56	46.005.547,07	47.812.119,49	45.880.127,18	45.707.304,07	47.233.970,89	46.473.500,12	52.218.711,59	68.941.105,81	72.613.079,13	630.119.609,75		630.119.609,75	
Obrig. Patronais	10.040.725,60	9.802.541,43	9.929.788,89	9.901.742,71	9.898.285,13	9.906.895,46	9.880.120,56	9.860.776,93	9.856.886,27	10.111.178,95	18.971.298,19	5.205.543,32	123.365.783,44		123.365.783,44	
Pessoal Inativo e Pensionistas	37.199.850,83	25.535.721,30	25.164.472,61	25.358.901,40	25.398.059,87	25.361.284,38	25.665.041,32	25.496.380,03	25.717.092,71	37.099.429,27	38.487.129,89	39.585.576,18	356.068.939,79	0,00	356.068.939,79	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	28.669.863,89	19.211.943,98	19.170.225,60	19.273.913,09	19.281.123,03	19.396.120,23	19.609.168,17	19.475.617,93	19.724.554,47	31.115.245,11	29.507.337,25	33.772.586,99	278.207.699,74		278.207.699,74	
Pensões	8.529.986,94	6.323.777,32	5.994.247,01	6.084.988,31	6.116.936,84	5.965.164,15	6.055.873,15	6.020.762,10	5.992.538,24	5.984.184,16	8.979.792,64	5.812.989,19	77.861.240,05		77.861.240,05	
Outras Desp Pessoal decorr.de Contr. de Terc. ou Contr F. Ind. (§ 1º, art. 18 da LRF)													0,00		0,00	
Despesa com pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º, art. 19 da LRF)	37.587.299,75	28.421.766,48	25.094.795,97	25.242.392,10	25.358.460,64	25.442.408,77	25.622.923,47	25.768.424,69	9.565.511,31	23.018.177,29	9.526.868,26	50.393.430,53	311.042.459,26	0,00	311.042.459,26	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00	
Decorrente de Dec. Judicial de Período Anterior à Apuração	3.182,25	3.182,25	3.182,25	3.669,72	7.548,74	77.053,45	75.761,50	75.362,33	73.622,49	210.045,79	209.448,90	209.448,90	951.508,57		951.508,57	
Despesas de Exerc. Anteriores d Período Anterior à Apuração	599.398,48	3.131.449,18	159.000,14	111.680,01	184.711,06	240.761,33	1.641,11	196.682,33	77.865,88	16.791.188,03	309.728,65	27.533.946,49	49.338.052,69		49.338.052,69	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.984.719,02	25.287.135,05	24.932.613,58	25.127.042,37	25.166.200,84	25.124.593,99	25.545.520,86	25.496.380,03	9.414.022,94	6.016.943,47	9.007.690,71	22.650.035,14	260.752.898,00		260.752.898,00	
ESPESSA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	71.071.527,91	55.990.279,86	56.741.575,09	56.023.799,08	57.750.003,85	55.705.898,25	55.629.542,48	56.822.703,16	72.481.967,79	76.411.142,52	116.872.665,63	67.010.768,10	798.511.873,72	0,00	798.511.873,72	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RLC (IV)	1.253.427.306.532,63	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	798.511.873,72	0,063706%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.314.666.604,15	0,184667%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.198.933.273,95	0,175434%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.083.199.943,74	0,166200%

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CCONT/ TRT5, 19/01/2023 às 12:34.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

- Despesas com Requisição de Pequeno Valor (R.P.V.) - Ação 0625: Sent. Judiciais: R\$ 13.780.856,76.
- Despesa Liquidada de Outros Precatórios Judiciais - Ação 0005: R\$ 484.490,00.
- As Despesas relativas as Obrigações Patronais estão segregadas em RPPS R\$ 119.653.911,13; INSS R\$ 489.328,71 e R\$ 20.400,05 (SAT) e FUNPRESP: R\$ 3.195.183,99 e 6.959,56

(DEA).

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (b)		Restos a Pagar Empenhados e Não Liq. de Exerc. Anteriores (c)				Demais Obrigações Financeiras (e)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					



TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	30.677.324,16	0,00	771.005,09	134.902,18	0,00	29.771.416,89	2.190.242,69	0,00	27.581.174,20
00 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.560.293,79		754.154,72	134.902,18		29.671.236,89	2.190.062,69		27.481.174,20
88 - Recursos financeiros de livre aplicação	117.030,37		16.850,37			100.180,00	180,00		100.000,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	21.883.917,31	0,00	3.226,74	200.000,00	0,00	21.680.690,57	0,00	0,00	21.680.690,57
56 - Contribuição Plano da Seguridade Social do Servidor	200.000,00			200.000,00		0,00			0,00
27-Custas Judiciais	685.381,22		3.226,74			682.154,48			682.154,48
50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	14.982.565,96					14.982.565,96			14.982.565,96
81-Recursos de Convênios	6.015.970,13					6.015.970,13			6.015.970,13
TOTAL (III) = (I + II)	52.561.241,47	0,00	774.231,83	334.902,18	0,00	51.452.107,46	2.190.242,69	0,00	49.261.864,77

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL - CCONT TRT5 - 19/01/2023 às 13:34.

Nota: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

LRF, art. 48 - Anexo 6 - R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	798.511.873,72	0,063706%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.314.666.604,15	0,184667%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.198.933.273,95	0,175434%
Limite de Alerta (inciso II do §1º, art. 59 da LRF) - <%>	2.083.199.943,74	0,166200%
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal p/ Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR		
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.190.242,69	51.452.107,46

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL-CCONT - 19/01/2023 às 14:24

Des. DÉBORA MARIA LIMA MACHADO
 Presidente do Trabalho

OROCIL PEDREIRA SANTOS JUNIOR
 Diretor-Geral

CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS
 Diretor da S.O.F.

MAURÍCIO BORBA
 Diretor da Secretaria de Auditoria



Diário Oficial da União

A informação oficial ao alcance de todos

Baixe o app do DOU

Nas lojas




